

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Curta	2
Título: Destaques	2
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	3
Título: Redução do ICMS de combustíveis não é gincana, diz Doria	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Coluna do Broadcast	4
Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig	5
Título: STF concede liminar à Petrobrás, que tem greve	5
VEÍCULO: O Globo	7
Título: Míriam Leitão: O ritmo lento da recuperação	7
Título: Bolsonaro cobra apoio por exploração de terras indígenas	9
Título: Rio é o primeiro estado a abrir mercado de distribuição de gás natural.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Ana Maria Campos	11
Título: Pedido de apoio para uso de terras indígenas.....	12
Título: Mineração eleva investimentos	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curta

Terra indígena

O projeto de lei apresentado pelo governo federal ao Congresso que prevê a possibilidade de exploração de recursos minerais em terras indígenas ainda está longe do radar das grandes empresas do setor. “O setor nem está discutindo isso”, disse Wilson Brumer, presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Segundo ele, enquanto não houver segurança jurídica e regras bem claras, o assunto permanecerá apenas como um cenário. Sobre o projeto de lei, encaminhado há alguns dias, o presidente do Ibram, Flávio Penido, disse que o setor não foi consultado pelo governo antes da apresentação do texto ao Congresso. Disse ainda que enquanto o assunto não estiver, em suas palavras, “apaziguado” no Congresso e na sociedade de modo geral “nenhuma mineradora vai entrar nesse processo”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

BP busca carbono zero

A petroleira britânica BP anunciou ontem o compromisso de alcançar a neutralidade de carbono em 2050. A estratégia é formada por dez objetivos. Entre as principais metas, a BP se compromete a alcançar, até 2050, emissão líquida zero de carbono em suas operações e também especificamente na atividade de produção de óleo e gás natural. Outra meta relevante é a redução em 50% da intensidade de carbono dos produtos da companhia até 2050. A petroleira também prevê instalar medição de metano em todos os principais locais de processamento de petróleo e gás do grupo até 2023 e reduzir a intensidade de metano das operações em 50%.

Demissões na Eletrobras

A Eletrobras vai demitir 68 funcionários até abril. Desse total, serão desligados 61 empregados da subsidiária Eletronorte e sete da própria holding. A informação foi publicada inicialmente pela agência Reuters e confirmada posteriormente pela companhia. Segundo a Eletrobras, o acordo coletivo de trabalho da empresa para o período 2019/2020 estabeleceu a implantação dos quadros de referência de 12.500 empregados efetivos nas empresas do grupo para o período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2020.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 13/02/2020

Seção:

Autor: Bruna Narcizo

Título: Redução do ICMS de combustíveis não é gincana, diz Doria

São Paulo O governador de São Paulo, João Doria, disse que a possível redução do ICMS sobre combustíveis “não é uma gincana nem uma brincadeira feita pelo WhatsApp”. Doria está em Dubai e não participou da reunião de governadores com o ministro Paulo Guedes, na terça (11).

Guedes aceitou a reunião para tentar apaziguar os ânimos com os mandatários estaduais e propor algum tipo de compensação para os estados que perderem receitas com a aprovação da reforma tributária.

Segundo Doria, os governadores têm um grupo de WhatsApp por meio do qual se falam diariamente e onde esse tema foi amplamente discutido.

“A decisão dos governadores é que o tema tem que ser colocado na reforma tributária. Isso não deve ser objeto de uma análise isolada e separada. Essa é a forma correta, legítima, democrática e justa de avaliar o tema do ICMS sobre combustíveis. ”

O secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, também afirma que o tema deveria ser incluído na proposta de reforma tributária que já está em análise na Câmara dos Deputados.

“O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, fez uma declaração nos últimos dias que esse projeto deverá ser aprovado possivelmente ainda no primeiro

semestre. Isso oferece o momento e local adequado para discutir essa questão.

A repórter viajou a convite do governo de São Paulo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Wellington Bahnemann, Fernanda Guimarães, Aline Bronzati e Fernanda Nunes

Título: Coluna do Broadcast

Bradesco prepara ingresso em mercado de energia

O Bradesco avalia entrar no lucrativo mercado de comercialização de energia elétrica. Segundo maior banco privado do País, ele é o único entre os pesos pesados do sistema financeiro que não atua neste segmento. Recentemente, a área de atacado do Itaú Unibanco, o Itaú BBA, criou o seu próprio braço de comercialização, seguindo os passos de Santander Brasil e BTG Pactual. Mais antigo no segmento - adquiriu a Coomex em 2010, o banco de André Esteves está hoje entre as principais comercializadoras do Brasil. O segmento tem despertado interesse do mercado financeiro com o crescimento e a perspectiva de ampliação e modernização das regras do mercado livre. A expectativa é que a maior sofisticação do setor demande o desenvolvimento de produtos financeiros, como derivativos, para trazer segurança às operações de compra e venda de energia.

» Aquisição. No setor elétrico, os comentários nos bastidores são de que o Bradesco tentou comprar o Grupo Comerc, uma das maiores comercializadoras independentes. Procurado, o Bradesco disse que desconhece o assunto. Já a Comerc informou que “não foi procurada pelo banco para desenvolver ou então formar uma sociedade”.

» Desencanado. De olho na abertura do mercado de gás natural brasileiro, a norueguesa Golar Power vai iniciar este ano a distribuição de gás natural liquefeito (GNL) por caminhões no Brasil. Em parceria com a Alliance GNLog, a empresa espera colocar em operação uma frota de mais de 100 caminhões até o fim do ano para levar o insumo a indústrias e postos de combustíveis, em regiões sem gasodutos.

» Bússola. Hoje, 95% dos municípios brasileiros não recebem gás natural em função da baixa capilaridade da infraestrutura de gasodutos, altamente concentrada no litoral. Os planos da Golar Power preveem o transporte de GNL por caminhão por Sergipe, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, iniciando pela região Nordeste.

» No mapa. Além do acordo com Alliance GNLog, a Golar Power planeja firmar parcerias com concessionárias estaduais de gás canalizado para a distribuição do insumo. A companhia já tem um acordo com a Sergas (SE) para levar o GNL a três municípios de Sergipe e vai assinar hoje um protocolo de intenções semelhante com a Gasmar (MA).

» Interiorização. No acordo com as distribuidoras, a Golar transporta o GNL por caminhão até estações de regaseificação, em distritos industriais ou postos de combustíveis. As concessionárias, por sua vez, constroem as redes de distribuição para levar o insumo a outros clientes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Com Marianna Holanda. Colaborou Tânia Monteiro

Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig

» Eólica. No sábado, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, estará no Rio para um evento que nada tem a ver com o preço do combustível. Participará da Regata Copa Verão, competição de vela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2020

Seção:

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna/ Rio e Wagner Gomes

Título: STF concede liminar à Petrobrás, que tem greve

Decisão se refere a outra paralisação; empresa e trabalhadores divergem sobre interpretação; áreas do pré-sal também pararam

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, liberou ontem decisão favorável à Petrobrás, que está às voltas com a greve

dos petroleiros iniciada no dia 1º deste mês. Em sua medida cautelar, o ministro mencionou determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) da semana passada de que 90% dos empregados da estatal permaneçam trabalhando. E definiu que multas milionárias cobradas da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e de sindicatos associados por liderarem outra paralisação, em novembro de 2019, sejam cobradas agora.

Segundo o assessor jurídico da entidade sindical, Jorge Nor-mando, os petroleiros têm fôlego para permanecer em greve, que hoje entra no 13.º dia. Pouco depois de ter conhecimento da decisão do presidente do STF, a FUP entrou com recurso.

O petroleiros estão parados, principalmente, por causa do fechamento da sua unidade de fertilizantes do Paraná, a Ansa, com a demissão de centenas de trabalhadores.

Em comunicado oficial, a Petrobrás afirma que a decisão de Toffoli valida todas as determinações do TST da semana passada, contestadas em liminar pela FUP. “O Supremo Tribunal Federal determinou que se faça valer a decisão do TST de manutenção do contingente de 90% dos trabalhadores durante o movimento grevista e reconheceu a legitimidade de aplicação de multa, desconto de dias parados e “outras medidas de caráter coercitivo necessárias ao restabelecimento das atividades essenciais”, diz a empresa.

O entendimento dos grevistas, no entanto, é outro. A interpretação das entidades sindicais é que a decisão de Toffoli não tem nenhum efeito sobre a greve atual, pois a única determinação da medida cautelar, de fato, seria a cobrança de multas pela paralisação do fim do ano passado.

Passada mais de uma semana do início da greve, a Petrobrás começou a dar sinais de preocupação. O primeiro passo foi enviar uma equipe de contingência para compensar a ausência dos grevistas nas unidades operacionais. Em seguida, convocou profissionais especializados, principalmente aposentados da empresa, para engrossar a equipe de apoio. Na última terça-feira, informou os empregados em sua rede interna de comunicação que vai descontar o salário de quem aderir à paralisação.

Para analistas financeiro, o movimento poderá ter efeito sobre o resultado financeiro da companhia, principalmente se for estendido por mais tempo. Para Ilan Arbertman, da Ativa Investimentos, ainda que os trabalhadores sejam substituídos, dificilmente a empresa manterá a produtividade.

Luís Sales, da Guide Investimentos, acredita que as despesas da companhia vão aumentar. Até ontem à noite, os sindicatos contabilizavam a adesão de mais de 20 mil petroleiros, em 102 unidades operacionais da Petrobrás, em 13 Estados. Equipes de dez plataformas do pré-sal também estão de braços cruzados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Míriam Leitão: O ritmo lento da recuperação

O Banco Central alertou que a economia tem uma “dicotomia” no ritmo da retomada, o emprego está um pouco melhor, mas a indústria e o investimento estão muito baixos. Acha também que está difícil medir o real nível de ociosidade do país. A economista Silvia Matos, do Ibre/FGV, disse que de fato a recuperação está muito heterogênea, e o empresário Manoel Flores, da área de material de construção, diz que a inadimplência está menor, mas o crescimento do emprego está fraco. Momentos de transição, em meio a outras crises, são mesmo difíceis até de avaliar o que está acontecendo.

As quedas da indústria e do comércio em dezembro jogaram uma ducha de água fria nas projeções mais otimistas da retomada. O efeito do FGTS sobre o consumo começou a perder força, e a indústria não consegue crescer via comércio exterior. Incertezas novas apareceram no mundo, como o coronavírus. A Argentina se afunda na crise, sem conseguir lidar com a dívida externa e interna. Aqui dentro, setores e regiões do país têm disparidade de ritmos de recuperação. O governo mandou três PECs para o Congresso, mas não tem propostas conhecidas de reforma tributária e administrativa. Num quadro assim, há paralisia de investimentos.

O diretor superintendente do grupo Astra, Manoel Flores, empresa que fabrica revestimentos e materiais de construção, tem a boa notícia de que a inadimplência de seus clientes é a mais baixa desde o início da crise e que no ano passado o volume produzido e os empregos cresceram cerca de 3%. O problema é que o emprego está longe do que foi: — A base de comparação é muito baixa. Para se ter uma ideia, cortamos 32% do nosso efetivo com a crise. No ano passado recontratamos 3%.

Mesmo assim, o empresário se diz otimista com o que está acontecendo no setor que tem puxado a retomada: — A sensação geral é positiva, a construção civil como um todo, novos lançamentos, manutenção, reforma, tudo vai ter um desempenho melhor este ano. Mas em conversas com o nosso conselho, apontamos que está mais animado na mídia do que na realidade.

A economista Silvia Matos, pesquisadora sênior da área de economia aplicada do Ibre/FGV, diz que já esperava a continuação da recuperação lenta no início deste ano. Não se surpreendeu com os números fracos da indústria e do comércio. A FGV mantém a projeção de alta de 2,2% do PIB em 2020, mas tudo vai depender do coronavírus e da economia mundial.

— No final do ano passado houve um choque na inflação que afetou o consumo. A boa notícia é que já se dissipou. O que chama a atenção é que o crescimento é muito heterogêneo. Segmentos mais voltados ao consumo estão mais felizes, o investimento está pior. Se estivéssemos em ciclo forte e sustentado, todo mundo deveria estar crescendo junto — explicou.

Manoel Flores chama a atenção para a alta de apenas 0,1% na produção de cimento no mês de janeiro sobre o mesmo período do ano passado. Isso não é compatível com tudo o que se diz sobre a alta da construção. As chuvas em Minas Gerais, estado grande produtor, pode ter afetado o desempenho do setor. Ele explica que houve investimento em automação durante o período da crise e dificilmente empregará o mesmo número de funcionários, mesmo quando recuperar a produção.

O BC também disse na sua ata que há uma dificuldade de aferir o grau de ociosidade da produção, ou seja, que nível de produção está sem ser utilizada neste momento, um indicador importante da capacidade de crescer rápido e sem pressionar a inflação. Há economistas que acham que tão longa recessão pode ter tornado obsoleto parte do parque produtivo. Muitas máquinas devem estar defasadas. Silvia Matos também se preocupa com a baixa produtividade da mão de obra, que possivelmente se agravou depois de um desemprego tão longo.

— Educação é a chave para o crescimento. Temos um problema histórico e muitos jovens se formaram, mas ficaram fora do mercado de trabalho muito tempo. Eles estão perdendo habilidade. Não temos mais o bônus demográfico e essa juventude não está sendo treinada. Os problemas estruturais persistem — afirmou.

A agenda de reformas parece confusa para alguns empresários. A reforma tributária tem dois projetos tramitando, o governo até agora não enviou a sua proposta, mas garantiu que ela sairá em duas semanas.

No setor elétrico, a dúvida é se haverá ou não a privatização da Eletrobras. Por todas essas razões, a recuperação continua em passos lentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2020

Seção: O País

Autor: Gustavo Maia

Título: Bolsonaro cobra apoio por exploração de terras indígenas

Presidente fez reunião com bancada ruralista. Enviada ao Congresso na semana passada, proposta regulamenta mineração e outras atividades em reservas

BRASÍLIA - Em café da manhã com um grupo de parlamentares da bancada ruralista, o presidente Jair Bolsonaro pediu ontem apoio ao projeto que regulamenta a mineração, a geração de energia elétrica e outras atividades econômicas em terras indígenas. O texto foi enviado na semana passada ao Congresso Nacional.

— (O objetivo do projeto) é que o índio possa ter o mesmo direito do fazendeiro. Plantar, arrendar, garimpar, usar sua terra para fazer uma PHC (Pequena Central Hidrelétrica) ou uma hidrelétrica, fazer fazenda de painéis fotovoltaicos. Ou seja, (que) eles se integrem realmente à sociedade. Acredito que, agindo dessa maneira, nós ajudaremos em muito a diminuir, em especial, o conflito no campo —disse Bolsonaro, que foi à reunião com os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Tereza Cristina (Agricultura), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência).

O pleito foi confirmado pelo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), na saída do evento no Palácio do Planalto.

— Pediu (apoio) sim. Aliás, é bom que se esclareça isso: quando se fala em regularização, estamos querendo legalizar o que em grande parte já existe. Já estão garimpando e tomando nossas riquezas com muitos outros

interesses, sem pagar um centavo de imposto e causando grandes problemas na Amazônia — defendeu Moreira.

Questionado sobre a tramitação no projeto no Congresso, onde a matéria já conta com a contrariedade pública do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Moreira disse que a velocidade não é a questão principal, e que é melhor “colhê-lo” quando estiver maduro. Sobre a resistência de Maia, o deputado disse achar que Bolsonaro tem dialogado com o Parlamento, mas que não acredita que as pessoas mudem de opinião “do dia para a noite”:

— Lugar ruim para fazer reinado é o Parlamento, lá não tem como. Então agente precisa, na verdade, é despertar o que nós queremos pela grande maioria das lideranças, fazer a celeridade possível e ir a voto, para nós votarmos e decidirmos. O Parlamento não decide pela vontade de um ou de dois, decide pela vontade da maioria. O presidente da FPA disse ainda que o grupo não é e não quer ser um partido político. O deputado afirmou que a frente não vai ocupar o lugar dos líderes, mas conta com mais de 250 parlamentares e, portanto, pode ser chamado pelo governo previamente para discutir o apoio a “este ou aquele tema”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2020

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Rio é o primeiro estado a abrir mercado de distribuição de gás natural

O Rio de Janeiro é o primeiro estado do país a abrir o mercado de distribuição de gás natural, atendendo às mudanças propostas pelo governo federal para o setor. A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio (Agenera) aprovou ontem a criação da figura do consumidor livre, que poderá escolher de quem comprar o gás natural, se demandar mais de 10 mil metros cúbicos por dia.

De acordo com o presidente da Agenera, Luigi Troisi, o novo marco regulatório pode reduzir os preços do combustível em torno de 16%.

Atualmente, consumidores residenciais, industriais e comerciais só podem comprar gás da distribuidora estadual, a Naturgy (ex-CEG). A situação se repete nos outros estados, um obstáculo para criar concorrência e

promover a queda do preço final do combustível. Por isso, o fim do monopólio da distribuição nos estados é um dos pilares do plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, de promover um “choque de energia barata” Pelas novas regras aprovadas pela agência fluminense, uma empresa poderá construir seu próprio gasoduto para receber gás, o que acaba com o monopólio de distribuição da Naturgy, até agora a única autorizada a construir dutos.

A mudança não se aplica a residências. A Naturgy informou que é a favor da abertura do mercado de gás, mas considera fundamental que a agência realize estudo prévio sobre impactos da nova regulação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Ana Maria Campos

CEB vence prêmio Aneel de qualidade

Em meio ao processo de privatização, a CEB Distribuição foi a vencedora do Prêmio Aneel de qualidade 2019 como melhor concessionária de energia da região Centro-Oeste do país, na avaliação do consumidor. Sob o comando da atual gestão, que assumiu em janeiro de 2019, a CEB obteve uma melhora de 12,5% na sua nota de avaliação em relação a 2018. Considerando as concessionárias de grande porte, acima de 400 mil unidades consumidoras, a distribuidora do Distrito Federal ficou em 7º lugar, entre 31 empresas. "Foi realmente uma alegria. Isso é uma chancela dos nossos consumidores pelo trabalho que esta administração vem desenvolvendo na companhia" declarou Edison Garcia, Diretor-Geral da CEB Distribuição. O secretário de Governo, José Humberto Pires, representou o governador Ibaneis Rocha na premiação. Entre as finalistas na categoria, a CEB Distribuição é a única empresa pública.

Por pouco

Na reunião do Fórum de Governadores na última terça-feira, o tema divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública não entrou na pauta por um

detalhe. O debate sobre ICMS de combustível com o ministro da Economia, Paulo Guedes, dominou a agenda e, logo em seguida, todos saíram para a posse de Rogério Marinho no Ministério do Desenvolvimento Regional.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Pedido de apoio para uso de terras indígenas

O presidente Jair Bolsonaro recebeu para um café cerca de 40 integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária. No encontro, ouviu demandas para direcionar recursos do Orçamento para pesquisa, defesa e endividamento rural. Por sua vez, o chefe do Executivo pediu apoio para a aprovação, no Congresso, do projeto de lei que regulamenta a mineração e a geração de energia elétrica em terras indígenas. O texto foi assinado por ele na quarta-feira, durante a cerimônia de 400 dias de governo.

“Queremos que o índio passe a ter o mesmo direito de um fazendeiro: plantar, arrendar, garimpar, usar sua terra para fazer uma hidrelétrica, fazer fazenda de painéis fotovoltaicos, ou seja, que ele se integre realmente à sociedade. Acredito que agindo dessa maneira nós ajudaremos, e muito, a diminuir o conflito no campo”, disse Bolsonaro na reunião.

Após o encontro, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) comentou sobre o pedido do presidente. De acordo ele, a medida é importante para regularizar uma prática já existente, mas feita de modo ilegal. “É bom que se esclareça que, quando se fala em regularização, estamos querendo legalizar o que, em grande parte, já existe. Já estão garimpando e tomando nossas riquezas para muitos outros interesses sem pagar nenhum centavo de imposto e causando grandes problemas na Amazônia”, frisou.

Perguntado sobre a velocidade com que o projeto poderá ser pautado e votado, ele o comparou a uma fruta. “Se colher antes, come verde. Se colher depois, come apodrecida. É melhor comer quando está maduro.” E ponderou: “A velocidade dos debates na Câmara tem uma relação de

dependência com uma série de pessoas e fatores”. Ele disse, ainda, que a resistência ao tema no Congresso é “natural” e que buscará costurar maioria de votos nas lideranças da Casa.

O café da manhã com a bancada ruralista aconteceu no momento em que líderes do setor defendem mais celeridade em pautas do agro, como o perdão de dívidas Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Outro tema que teve o texto-base aprovado ontem foi a Medida Provisória 897 (MP do Agro). A matéria, que perde a validade em março, prevê a criação de fundos de garantia para empréstimos rurais e traz mudanças relacionadas ao crédito rural. (IS)

Participantes: Também participaram do encontro os ministros da Agricultura, Tereza Cristina; da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos; e da Secretaria-Geral, Jorge Antonio de Oliveira.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Mineração eleva investimentos

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) elevou a previsão de investimentos no setor mineral para US\$ 32,5 bilhões entre 2020 e 2024, contra US\$ 27,5 bilhões estimados para o período anterior, de 2019 a 2023. A previsão de aumento de 18% foi divulgada ontem pelo diretor-presidente da entidade, Flávio Penido. Segundo ele, isso sinaliza confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros de que haverá segurança jurídica para implementarem projetos de médio e de longo prazos. O setor vai investir mais US\$ 2,3 bilhões em segurança de barragens de rejeitos, disse Penido.

MME / ASCOM.